GÊNERO E GEOGRAFIA: MULHERES CHEFIANDO DOMICÍLIOS NA REDE URBANA BRASILEIRA E STATUS MIGRATÓRIO

Cássio Francisco de Lima[1]
João Benvindo do Amaral[2]
Duval Magalhães Fernandes[3]

Resumo:

São raras as pesquisas que abordam sistematicamente questões envolvendo gênero, urbanização e migração ou que se reportem à estrutura familiar dos domicílios brasileiros pensada em termos regionais. Assim, o presente trabalho foca na dinâmica socioespacial dos domicílios brasileiros para verificar as diferenças na mobilidade espacial de homens e mulheres chefes de famílias. O objetivo desse artigo é visualizar segmentos da população adulta brasileira residentes em áreas urbanas em face dos significados subjacentes a essa inserção, particularmente no que tange a feminização de frações do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Sendo o recorte espacial a Rede Urbana Leste.

Palavras chave: Gênero, Urbanização, Chefes de Domicílio, Migração.

Área temática: Demografia

Abstract:

Very little research that systematically address issues involving gender, urbanization and migration, or who report family structure of Brazilian homes designed in regional terms. Thus, this paper focuses on the socio-dynamics of Brazilian households to verify the differences in spatial mobility of men and women heads of households. The aim of this paper is to visualize segments of the adult Brazilian population living in urban areas in the face of underlying meanings to this insertion, particularly regarding the feminization of fractions of the Brazilian labor market in recent decades. Being the spatial area east Urban Network.

Keywords: Gender, Urbanization, Heads of Households, Migration.

[1] Doutorando do programa de Pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial da PUC- Minas
[2] Mestrando do programa de Pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas
[3] Professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica e do de Minas Gerais e do programa de Pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial

1. Introdução

Não são muitas as pesquisas que abordaram sistematicamente questões envolvendo gênero e geografia ou que se reportem à estrutura familiar nos domicílios brasileiros pensada em termos regionais. A análise da dinâmica socioespacial dos domicílios brasileiros pode ajudar a explicar como a mobilidade espacial de homens e mulheres vêm se diferenciando e também no planejamento público regional. E isto é uma tarefa importante que certamente há de colaborar para contextualizar tais questões e aprofundar o debate.

As clivagens espaciais que fazem interagir as pessoas, em seus locais de moradia, de ocupação e de reprodução, são essenciais para o entendimento das diferenciações regionais, urbanas ou rurais, porquanto sinalizam para distintas formas de desigualdades econômicas, exclusões ou inclusões no mercado de trabalho. O residente de grandes centros urbanos certamente possui referenciais sociais, comunitários e simbólicos que lhes informam mais sobre suas possibilidades de exercício de direitos e cidadania do que, por exemplo, os residentes de determinadas áreas periféricas da fronteira norte brasileira.

Interessa, nesse trabalho, visualizar segmentos da população adulta brasileira residentes em áreas urbanas em face dos significados subjacentes a essa inserção, particularmente no que tange a feminização de frações do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Em outras palavras, o exame da condição de "chefe de domicílio" em situação domiciliar urbana empresta significados bem diferentes à mesma condição em contextos tipicamente rurais. É por essa razão que o estudo irá particularizar um determinado recorte espacial onde a imensa maioria da população está residindo indiscutivelmente em áreas urbanas, em localidades pertencentes à rede urbana brasileira aqui denominada de Rede Leste, cujos critérios de definição foram estabelecidos pela equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE) do Instituto de Geociências, IGC/UFMG.

A análise subseqüente, após se deter na composição da renda da População Economicamente Ativa (PEA) de homens e mulheres, irá privilegiar a condição de "chefe de domicílio" de parte da população brasileira nos últimos 20 anos, como aproximação para a compreensão das relações de gênero no Brasil contemporâneo, particularizando os diferenciais entre homens e mulheres.

O artigo utiliza a variável *"relação com o chefe do domicílio"* por sexo como um critério básico para o estudo de gênero, já que este aspecto auxilia a compreensão das características socioeconômicas de uma determinada região, e interfere nos níveis de renda e na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Assim, foram definidos, a partir de classificações presentes nos Censos Demográficos de 1980 e 2000, seis tipos de moradores tendo em vista a sua relação com o responsável pelo domicílio, a saber: *chefe de domicilio,* que é todo o indivíduo que se declarou como o responsável pelo domicilio; *cônjuge,* indivíduo que vive conjugalmente com o chefe do domicílio, existindo ou não vinculo matrimonial; na categoria *filhos* consideram-se tanto os adotivos ou de criação como também os filhos do cônjuge, mesmo que este já tenha falecido ou efetuado mudança de residência; *outros* referem-se as pessoas residentes no domicilio, excluindo filhos, que possuem uma relação consangüínea com o chefe; *agregados* são aqueles que residem no domicilio, excluindo filhos e cônjuges, e não possuem uma relação consangüínea com o chefe, como os pensionistas, empregados e seus familiares.

O estudo será apresentado em três níveis. O primeiro introduz o termo gênero em sua relação com a geografia. O segundo explora os dados censitários procurando apresentar a

evolução da estrutura familiar da população brasileira a partir de comparações domiciliares, vis-à-vis as diferentes localizações geográficas, a renda per capita e o status migratório. Para finalizar, investigam-se os fluxos migratórios de homens e mulheres chefes de domicílios da rede urbana abrangendo o período de 20 anos, entre 1980 a 2000.

2. Gênero e Geografia

O conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação. Segundo definição de Joan Scott, gênero "*é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder"* (1990:14).

Isso quer dizer que o conceito de gênero é relacional (tanto quanto o conceito rede, na geografia).

> *O caráter relacional diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão. Isto significa que todo o indivíduo é sexuado e que é nessa condição irredutível que virá a situar-se no mundo, Ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses.* (LAVINAS, 1997:16).

Cabe ressaltar que a origem do termo gênero está muito ligada ao "feminismo", que foi um movimento que ressurgiu com força no mundo ocidental desenvolvido nos anos sessenta e setenta, junto com o aparecimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos. Mudanças socioeconômicas também favoreceram a mobilização das mulheres, tais como a sua progressiva entrada no mercado de trabalho e um avanço dos níveis de educação feminina, aliadas a mudanças demográficas como a crescente diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida das mulheres, reduzindo a proporção de tempo de seu ciclo de vida dedicado a prole. (HANSON E PRATT, 1988), (GOBER, 1994), (GRUNTFEST, 1990).

Mas como a Geografia se encaixa no paradigma de gênero? Alguns autores preferem dividir o assunto em Geografia de Gênero e Geografia Feminista, sendo que esta última busca uma transformação não só da geografia, mas também da forma que se vive e trabalha na sociedade, enquanto a Geografia de Gênero trata o gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada às estruturas existentes (BONDI, 1990). Como se trata de uma discussão bem ampla e há uma evidente limitação de fontes bibliográficas nessa área, não serão aqui abordadas essas divisões. Tentar-se-á considerar a concepção de Geografia e Gênero vista de forma combinada, sendo o feminismo parte das contribuições teóricas para a explicação e interpretação dos fatos geográficos, e a questão do gênero um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria cada vez mais relevante para a análise geográfica.

Trata-se, então, de enfrentar o tema das desigualdades sócioespaciais. Porém, antes de empreender essa análise e observar como estão inscritas as desigualdades de gênero na rede urbana é importante apresentar, segundo MARTÍNEZ (1995), as três grandes temáticas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

> *"1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;*
> - *o espaço enquanto construção social e de gênero,*
> - *o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,*
> - *a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo);*

> *2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;*
> *3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais)"* (1995:18).

Esse estudo internaliza aspectos das duas primeiras assertivas, particularmente no que se refere às derivações decorrentes do espaço das localidades centrais – articuladas em um sistema de cidades – interferindo nos processos de construção social das distinções de gênero. Na verdade, as diferenças territoriais ao influir nos papéis e relações de gênero, reportam-se, no Brasil contemporâneo, primordialmente às circunscrições urbanas.

A pesquisa também assume como pressuposto a concepção de lugar vinculado ao estudo do cotidiano, lócus onde as relações de gênero ganham mais visibilidade. Isso se explica porque o lugar se dá em uma escala local permitindo a utilização do espaço cotidiano. Segundo Milton Santos (1996b) é no cotidiano que o espaço banal[7] pode ser apreendido em toda sua plenitude, pois aí se pode trabalhar com as três dimensões do homem: a corporeidade, a individualidade e a socialidade.

Lugar, assim como gênero *"é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo"* (LAVINAS, 1997:16). Entende-se que estas dimensões do homem são permeadas também por relações que atravessam o conjunto da sociedade e articulam-se com outras relações sociais, tais como classe e etnia.

No estudo do cotidiano pode-se explicitar as desigualdades socioeconômicas e espaciais entre mulheres e homens, mormente em ambientes urbanos da alta modernidade. Algumas das possibilidades econômicas e existenciais de cada indivíduo dependem *"das oportunidades oferecidas pelos lugares"* (SANTOS, 1996:271), e isso é resultado do âmbito civilizacional presente em sociedades atuais que interfere nas relações de gênero. (GIDDENS, 1993), (MESQUITA, 1995).

Observe-se, que a geografia confere importância ao estudo de gênero, por ser capaz de associa-lo às categorias de espaço, tais como lugar, região e rede. Milton Santos, por exemplo, relaciona o termo gênero vinculado a noção de lugar, ou seja, associado às particularidades do cotidiano de uma determinada sociedade.

Nesse artigo, entretanto, não se exploram as dimensões locais, regionais e internacionais em perspectiva transescalar. A pesquisa investe tão somente nas localidades integrantes da Rede de Localidades Centrais, onde características particulares de cada ponto não são discutidas. A análise parte de um contexto mais geral, mesmo porque a rede, em 1991, era composta por 165 pontos e a abordagem do "espaço cotidiano" de cada uma deles é inviável nesse momento. A contribuição do estudo apóia-se em uma configuração socioespacial de tipo urbana, na qual focalizar-se-ão os homens e as mulheres, migrantes e não-migrantes, desempenhando a função de chefes de domicílios em 1980 e 2000, juntamente com algumas características elementares com respeito às informações censitárias sobre renda familiar per capita e ocupação.

---

[7] Espaço banal é o espaço geográfico que *"reúne numa mesma lógica interna todos os elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas"* (Santos, 1996: 272/273).

3. Rede Urbana Brasileira e Aportes Sócio-Demográficos sobre Gênero

A Rede Urbana aqui referida é uma rede de localidades centrais em que os principais critérios que a definem originaram-se de dados dos Censos Demográficos, os quais permitem conhecer, em detalhes, várias das características das pessoas residentes em cidades, e isto é uma espécie de pré-requisito para a formação de redes geográficas e/ou redes sociais.

Estabeleceu-se uma forma simples de identificar a rede de lugares urbanos do Brasil a partir de três pré-condições. A primeira, fundada no uso da "variável" população como síntese de relações socioculturais e do tamanho econômico das localidades. A segunda considera as localidades geográficas formadoras da rede como espaços urbanos dotados de alta centralidade, nucleados em cidades e representadas cartograficamente como pontos. A terceira e última refere-se ao tipo de articulação entre as localidades: articulações viárias, tais como rodovias, ferrovias e hidrovias. MATOS (2003).[4]

Com tais critérios encontrou-se um total de 158 pontos na rede em 1980 e 165 em 2000, os quais recobrem situações de municípios pouco populosos, mas de importância estratégica na rede urbana regional, como no Norte e Centro Oeste, assim como de municípios populosos, de porte médio, comuns no Sudeste e Sul. LIMA e LANA (2002). Ademais, foi possível dividir o conjunto de cidades da rede em três grandes frações (ou regiões), a Norte, absorvendo toda a região amazônica, a Nordeste, coincidindo com a região oficial homônima e o Centro Sul, região mais dinâmica que aglutina o Sudeste, o Sul e parte do Centro Oeste, conforme recorte do IBGE (ver Mapa 1).

Antes de analisar a distribuição dos chefes de domicílios nas três frações da Rede Leste, convém observar o Brasil em sua totalidade a partir de algumas informações econômicas e sociais retiradas do Censo Demográfico de 1991 relativas a rendimentos da PEA por sexo e tipo de ocupação.

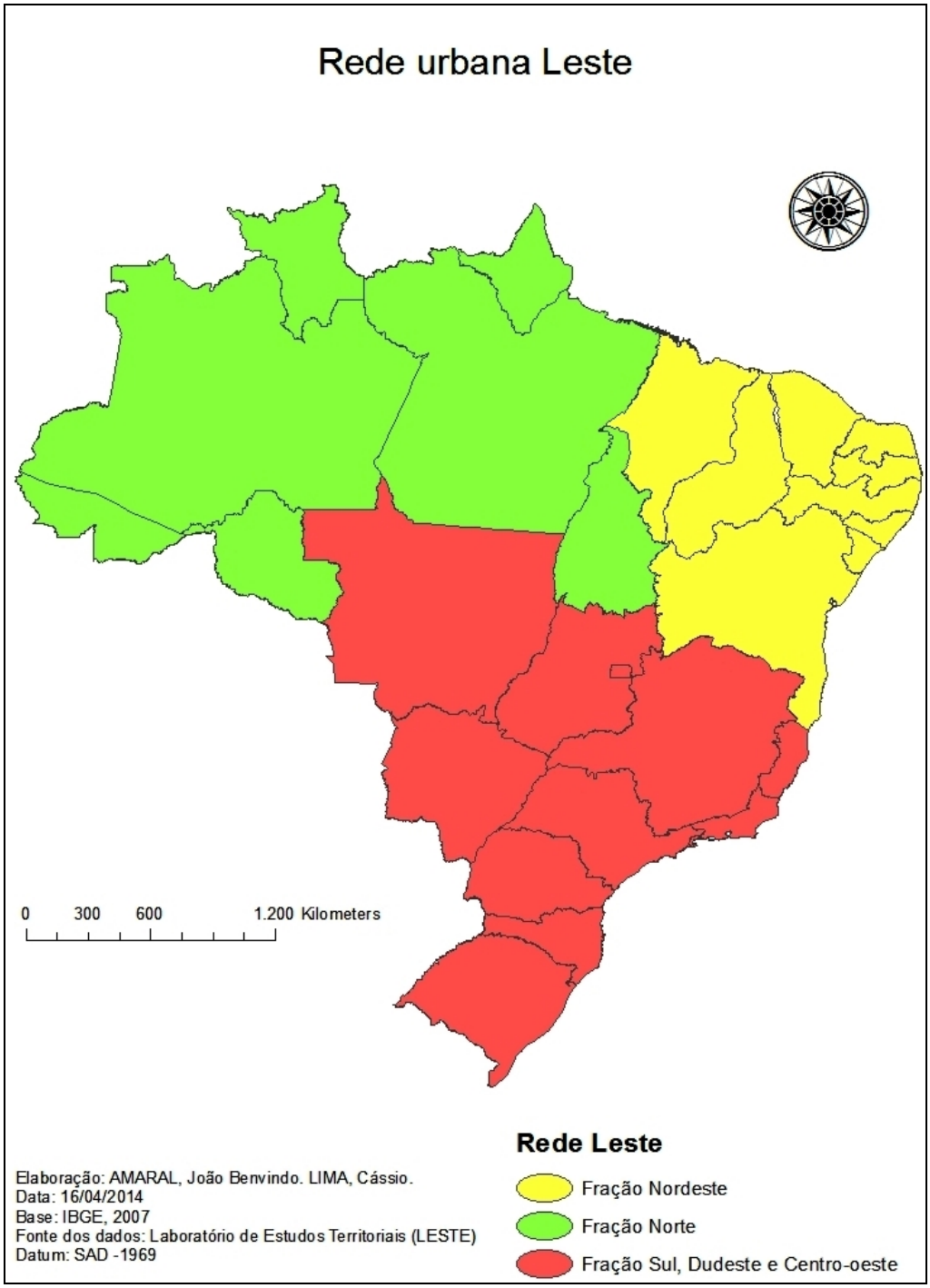
3.1 - Rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA) por sexo

Os dados indicam que a distribuição da PEA em quatro faixas de renda nominal familiar diferencia-se segundo cada fração da rede urbana. A fração Centro Sul possui a melhor situação e as frações Nordeste e Norte os piores níveis de renda. Observando a PEA masculina (melhor que as mulheres em termos de rendimento) do Nordeste e Norte, nota-se que parte expressiva dos ocupados não possuía renda ou auferia até um salário mínimo em 1980, respectivamente 36,5% e 30,1%. A população em melhor situação (acima de cinco salários mínimos) atingia 13,9% e 11,6%. No ano 2000 esses valores evoluem para 28,0% (Nordeste) e 25,8% (Norte), entre os menos aquinhoados, e 18,7% e 19,2% para os com rendimento superior a cinco salários mínimos.

Não se pode ignorar o fato de que os dados estão discriminados em salários mínimos e que as variações do poder de compra dos salários alteram-se no tempo e no espaço. Sua deterioração nos últimos 20 anos, por não ter acompanhado o ritmo da inflação, é algo evidente. Contudo, ainda assim, dado seu significado econômico e institucional – utilizado em todo o território nacional – é pertinente fazer comparações demográficas utilizando esse

[4] Tendo como base tais condições foram adotados os seguintes critérios para representar a Rede Leste 2000: *i)* todo ponto da rede pressupõe a existência de articulações viárias permanentes; *ii)* as nove Regiões Metropolitanas originais, as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém comparecem como pontos de primeira ordem; *iii)* os municípios cuja população urbana representasse mais de 3% da população urbana do respectivo estado representam as cidades de porte médio; *iv)* em face da macrocefalia urbana de Manaus no estado do Amazonas, recalculou-se a proporção percentual dos demais municípios filtrando os casos de população urbana superior a 3% da população urbana do estado após a exclusão de Manaus.

indicador, não obstante toda a discussão que suscita. Ademais, como os sub-espaços geográficos aqui analisados são eminentemente urbanos, é plausível considerar que diminuem os erros típicos de comparações lineares simples, que integrem áreas urbanas e rurais, sem diferenciações regionais, por exemplo. Importa observar, sobretudo a evolução no período 1980/2000 região por região, considerando a PEA de homens e mulheres.



Mapa 1: Rede leste

Tabela 1
População economicamente ativa de 1980 e 2000 residente nos municípios das Frações da Rede Urbana, por sexo e rendimento total em salários mínimos.

Faixas de Renda em Salário Mínimo*	Fração Centro-Sul		Fração Nordeste		Fração Norte	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1980						
Sem Rendimento	1,94	2,50	3,39	3,71	7,27	5,13
0 à 1	9,56	27,36	33,15	57,71	22,89	45,10
1 à 5	64,03	59,57	49,53	31,64	58,25	42,70
Mais de 5	24,48	10,58	13,93	6,95	11,59	7,07
Total (100%)	8.735.039	4.421.455	1.998.668	1.078.164	839.229	276.82
2000						
Sem Rendimento	1,25	2,22	2,91	3,70	5,35	6,31
0 à 1	7,37	14,88	25,12	38,87	20,53	32,38
1 à 5	55,33	58,86	53,23	44,02	54,89	47,51
Mais de 5	36,05	24,03	18,74	13,41	19,22	13,81
Total (100%)	11.095.035	7.965.176	3.041.953	2.221.645	1.375.176	840.884

Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2000 (dados amostrais); Laboratório de Estudos Territoriais (Leste).
* Faixas de renda segundo salário mínimo vigente no mês do levantamento censitário.

Uma primeira constatação nesse sentido diz respeito ao aumento da participação feminina na PEA em todas as frações da Rede Urbana. Mesmo considerando o aumento generalizado de pessoas da população brasileira que se incorporou a PEA entre 1980 e 2000, a inserção feminina foi muito expressiva. Em 1980 apenas 33% da PEA compunha-se de mulheres. Em 2000 esse número chega a 42%. Em 1980 as mulheres da PEA nordestina (1.078.164) representavam 54% da PEA masculina (1.998.668), em 2000 esse número chegou a 73%. No Centro Sul, onde a participação feminina no mercado de trabalho já é expressiva há mais tempo, as 4.421.455 mulheres representavam 51% da PEA masculina (8.735.039) em 1980 e em 2000, chegaram a 71%[5]. Na fração Norte, essa expansão quase dobrou, de 33% a 61% (ver Tabela 1).

A distribuição da PEA por sexo e faixas de renda evidencia, portanto que tem sido importante a inserção das mulheres nos mercados de trabalho urbano, sobretudo nas cidades de maior tamanho e complexidade econômica, não obstante a inferioridade da condição das mulheres frente aos homens, no que tange aos ganhos auferidos pelo trabalho formal.

Em 1980, as mulheres das PEAs do Norte e Nordeste sempre eram mais numerosas proporcionalmente na classe das que auferiam renda de até um salário mínimo, enquanto as maiores proporções masculinas localizavam-se na segunda classe (mais de 1 a 5 s.m.). No Centro-Sul, 27,4% das mulheres estavam nessa classe enquanto apenas 9,6% dos homens auferiam até 1 s.m. Em 2000 a distribuição da PEA altera-se de modo a ampliar a proporção das duas outras classes de rendimento (provavelmente expressando a redução do poder de compra do salário mínimo[6]).

De toda a forma, os dados indicam que a inferioridade da remuneração feminina em relação aos homens diminuiu: *i)* No Nordeste, em 1980 as mulheres de melhor renda alcançavam em termos relativos cerca da metade da proporção masculina (6,9% contra 13,9%). Em 2000 esses números evoluem para 13,4% e 18,7%, respectivamente; *ii)* No Norte, em 1980, as mulheres mais bem aquinhoadas representavam 7,1% da PEA feminina, contra os

[5] O Centro Sul e o Nordeste possuem muitas cidades antigas, consolidadas ou em expansão, onde a ocupação das mulheres atinge proporções significativas da PEA, bem superiores as que são encontradas na fração Norte.
[6] Se o salário mínimo compra pouco é normal que acabe sofrendo aumentos em termos nominais.

11,6% relativos aos homens. Em 2000, as mulheres quase dobram sua participação na classe mais de 5 s.m., chegando aos 13,8%, enquanto os homens atingem os 19,2%; *iii)*. No Centro Sul, em 1980, as mulheres participavam com apenas 10,6% da PEA nessa classe de renda, enquanto os homens possuíam uma participação acima do dobro, 24,5%. Em 2000, as mulheres mais que dobram sua participação, 24,0%, enquanto os homens alcançam os 36,1%.

É indiscutível que os homens ainda estão numericamente muito mais ocupados do que as mulheres e se distribuem por uma extensa gama de atividades, muitas delas de baixa remuneração[7], não obstante as idiossincrasias regionais e o avanço feminino no mercado de trabalho. É igualmente correto afirmar que em uma mesma ocupação os homens geralmente auferem rendimentos superiores aos das mulheres. Os dados da Tabela 1 não contrariam essa assertiva, já que em todas as frações o peso dos homens em faixas de renda mais altas é maior que o das mulheres. Contudo, à medida que amplie o elenco de profissões e ocupações que absorvem o trabalho feminino tal supremacia tende a diminuir. A expansão de ocupações tipicamente urbana em grandes cidades pode contribuir para reduzir tais evidências e os dados do Censo 2000 introduzem mais consistência a tais reflexões. Os contrastes entre as três frações da rede urbana, inclusive, apontam, entre outros aspectos, a existência de níveis diferenciados de desenvolvimento, urbanização e modernização, os quais oferecem maior ou menor chance de inserção da mulher no trabalho remunerado. O Centro Sul é emblemático nesse sentido. Nesse subespaço não é somente mais abrangente a participação da mulher no mercado de trabalho, mas também é onde as chances de melhor remuneração parecem mais claras. O fato de que no Centro Sul 58,9% das mulheres da PEA estavam inseridas na classe intermediária de renda (mais de 1 a 5 s.m.), pode sinalizar nessa direção, uma vez que nessa classe está fora o grande contingente de mulheres com remuneração exatamente equivalente a 1 s.m., da mesma forma que deve haver muitas ocupações com ganhos próximos de 5 s.m., já que 24,0% de PEA feminina auferia mais de 5 s.m. em 2000. [8]

Enfim, as evidências sugerem que a inserção continuada das mulheres no mercado de trabalho em áreas urbanas deve, no longo prazo, colaborar com a mitigação da desigualdade de gênero.

As mudanças no mundo do trabalho, entre as quais se destaca a feminização, ainda que sinalizem para aspectos de precarização do trabalho feminino em determinadas atividades, "*acabam sendo positivas, uma vez que permitem constituir e avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico*" (NOGUEIRA, p. 88).

3.2 Mudanças na composição das famílias brasileiras nos últimos 20 anos

Nos últimos 20 anos a porcentagem de mulheres exercendo a função de chefe de domicílio aumentou significativamente, testemunhando as transformações demográficas, socioeconômicas e culturais que a sociedade brasileira passou nesse período, e que repercutiram nas diferentes esferas da vida familiar. As tendências que mais se destacaram quanto às formas de organização doméstica foram a redução do tamanho das famílias e o crescimento da proporção de mulheres chefiando domicílios. (IBGE, 2000). Pelos dados dos Censos Demográficos, verifica-se que 14,3% dos domicílios eram chefiados por mulheres em 1980. Já em 2000 este número passou para 24,9%.

---

[7] Entretanto, há diferenciais a favor das mulheres associados ao fato de que, parte da PEA feminina ocupa boa parcela dos postos de trabalho no Setor Social, em atividades que remuneram melhor que a maioria dos demais.

[8] Dados não mostrados elucidam parte destas observações: as mulheres se concentram principalmente na Prestação de Serviço (onde o emprego doméstico é dominante), no Social e no Comércio de Mercadorias. Nas duas primeiras, em todas as frações, a proporção de mulheres é muito maior do que no caso dos homens. No Comércio de Mercadorias, no entanto, as proporções de homens e mulheres são muito semelhantes.

Tais evidências refletem-se na mesma medida no interior das grandes regiões brasileiras, atestando o peso relativo da distribuição geográfica da população?

Ao analisar a Tabela 2 nota-se que tanto em 1980 como em 2000 o Nordeste é a região que apresenta a maior proporção de domicílios cuja pessoa de referência é do sexo feminino, 16,2% e 25,9% respectivamente, confirmando, portanto, a linha de tendência verificada para o país. O mesmo ocorre com a região Sudeste com seus 15,3% em 1980 e 25,6% em 2000. Os diferenciais entre essas duas regiões podem ser atribuídos a mudanças no âmbito da intensidade da migração nordestina masculina ocorrida nas últimas décadas (incluindo a migração de retorno) e seus padrões diferenciados por gênero. Contudo, apesar de apresentarem as maiores proporções de domicílios chefiados por mulheres, as regiões Nordeste e Sudeste acusaram, nesses últimos 20 anos, os menores diferenciais de incremento comparativamente ao Centro Oeste, Norte e Sul, regiões onde a expansão de domicílios chefiados por mulheres quase dobra.

Tabela 2
Pessoas responsáveis pelos domicílios mulheres, segundo as Grandes Regiões –1980/2000

Grandes Regiões	Proporção (%)		Diferencial (%)
	1980	2000	
Brasil	14,3	24,9	10,6
Norte	12	22,9	10,9
Nordeste	16,2	25,9	9,7
Sudeste	15,3	25,6	10,3
Sul	12,1	22,6	10,5
Centro-Oeste	13	24,2	11,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000
Elaboração: LIMA, Cássio.

Registre-se que nos municípios das capitais, a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio é bem mais elevada do que a média nacional, variando de 23,4% em Palmas a 38,2% em Porto Alegre (dados não mostrados). Os municípios de Salvador e Recife também apresentaram proporções igualmente elevadas (37,5% e 37,4% respectivamente). Nesses últimos, além de serem áreas igualmente urbanizadas, a emigração masculina pode ser um fator adicional que explica tão altas proporções. Ademais, não se pode ignorar o fato de que a dissolução conjugal ser mais freqüente nas camadas pobres da população, o que pode estar afetando alguns dos resultados aqui apresentados. (IBGE, 2000).

3.2 Comparações envolvendo populações migrantes e não migrante

Os dados apresentados nos Gráficos 1 e 2 parecem apontar determinados aspectos que distinguem as populações migrante e não migrante. Ao que tudo indica, os imigrantes, ao se estabelecerem nas localidades, reconfiguram os domicílios, alterando aspectos relativos às famílias nucleadas, pelo aumento da participação das categorias “outros” e “agregadas”, geralmente formadas por pessoas de menor renda que se integram às famílias. Tais distinções podem ser vistas à luz dos dados censitários de 1980 e 2000.[9]

Em 1980 as mulheres imigrantes e não-migrantes chefes de domicílio correspondiam a 2% e 3% respectivamente no conjunto das categorias domiciliares. Já no ano de 2000 esse

[9] Além disso, os imigrantes podem impactar as áreas de destino, rejuvenescendo-as, se forem mais prolíferos que os não-migrantes.

número praticamente dobra, para ambas as populações, o que confere com as tendências mais gerais assinaladas anteriormente.

Gráfico 1

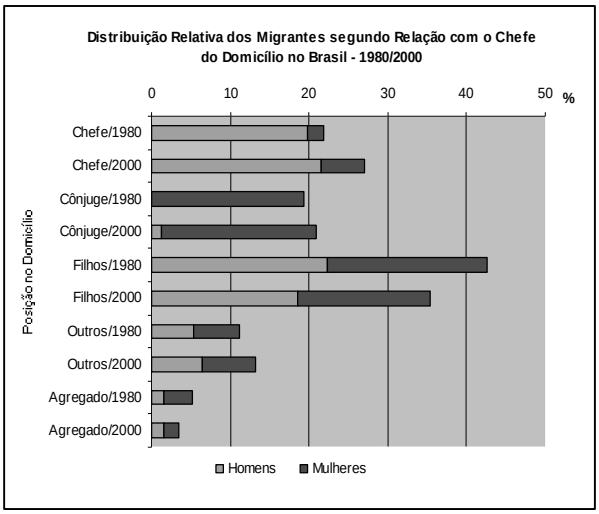
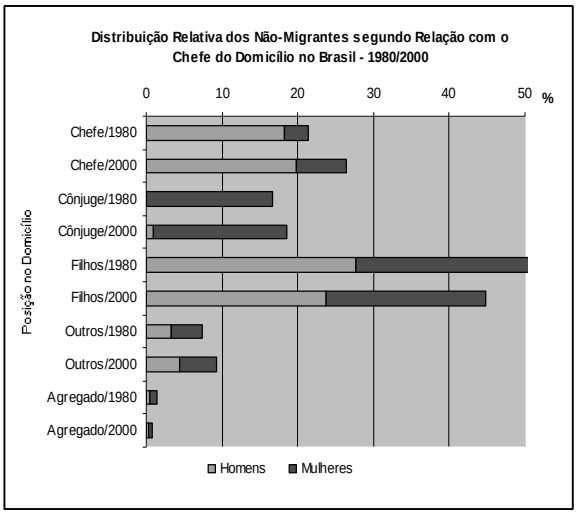


Gráfico 2



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2000, IBGE.
Elaboração: LIMA, Cássio.

Os diferenciais entre migrantes e não-migrantes ainda são pequenos, e é provável que os diferentes níveis de urbanização entre as frações seja o principal fator a explicar a evolução das relações domiciliares. Se 91,4% dos habitantes da Rede Leste residiam em áreas urbanas (apenas 8,6% em áreas rurais), no Norte e no Nordeste, o grau de urbanização era bem menor em 1980, não obstante a forte aceleração do processo de urbanização nessas regiões posteriormente.

Os dados mostram que, na fração Norte, a expansão de domicílios chefiados por mulheres se deu mais expressivamente entre as migrantes comparativamente às não-migrantes. A maior permanência de mulheres migrantes nas residências e a constante remigração ou circularidade dos homens em frentes de garimpo, agricultura e pecuária pode explicar essa tendência. Note-se que a representatividade dos filhos – evidência de fecundidade mais ou menos alta – é mais forte entre os domicílios dos não-migrantes (perto de 50% em 1980 e 2000).

Gráfico 3:

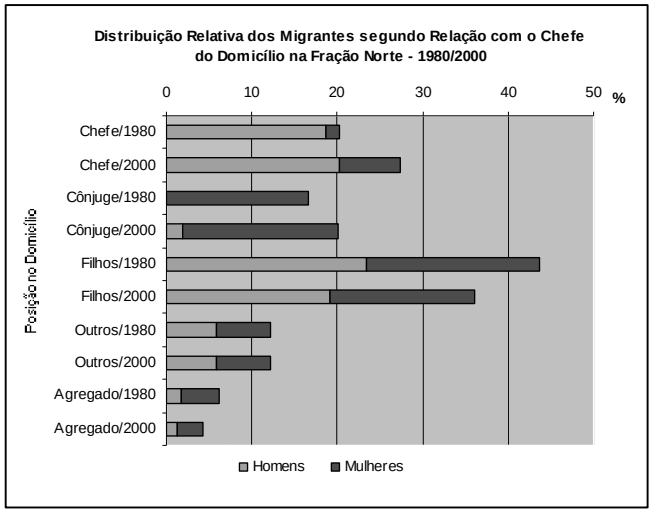
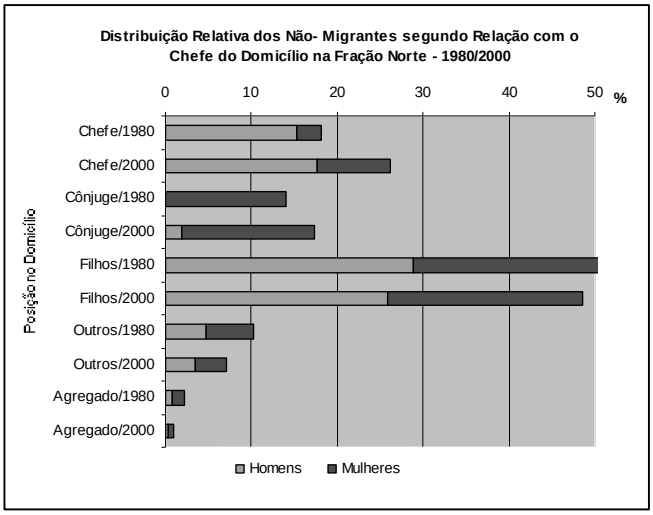


Gráfico 4:



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2000, IBGE.
Elaboração: LIMA, Cássio.

Na comparação com os não-migrantes, é interessante observar que a maior proporção de moradores na categoria “outros” e “agregados” entre os migrantes ao lado da menor proporção de “filhos” sugere que os vínculos de solidariedade entre as famílias de migrantes são elevados e que a eventual necessidade de muitos membros no domicílio para dar conta de tarefas associadas a sobrevivência pode ser feita com pessoas sem laços de consangüinidade com o chefe. [10] Entre os não-migrantes esse raciocínio não se aplica tão claramente.

Os Gráficos 5 e 6 da fração Nordeste permitem estabelecer inferências muito próximas às que foram feita para a fração Norte. Algumas diferenças são pequenas. Por exemplo, nos lares dos imigrantes nordestinos as categorias “outros” e “agregados” era proporcionalmente mais relevante do que na fração Norte, mas reduz-se fortemente nos 20 anos, se aproximando dos domicílios dos não-migrantes

Um aspecto que tipifica mais a população não-migrante e que constitui um fenômeno digno de nota no Brasil atual diz respeito não só ao aumento dos domicílios chefiados por mulheres (e redução de homens nessa condição), mas também a presença de muitos filhos nos domicílios. Isto pode estar traduzindo uma série de fatores que interferem na reestruturação das famílias. É possível que a proporção de homens que abandonam mulher e filhos tenha aumentado (inclusive por meio da migração) ao lado da concomitante permanência por mais tempo de filhos adultos homens junto a mãe. Os gráficos permitem estabelecer inferências nessa direção para as frações Norte e Nordeste.

É provável que tenha havido uma redução da intensidade dos processos sociais que separavam migrantes de não-migrantes nas duas últimas décadas, o que confere com as evidências na literatura sobre alterações dos padrões migratórios e conseqüentes efeitos a refletir no espectro das desigualdades socioespaciais inter e intrarregionais. Com isso amplia-se, inclusive, o grau de complexidade no debate, introduzindo maiores desafios à análise.

Gráfico 5:

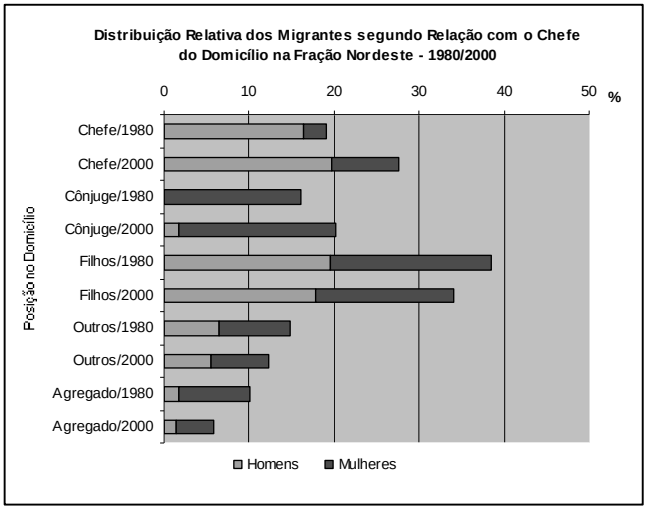
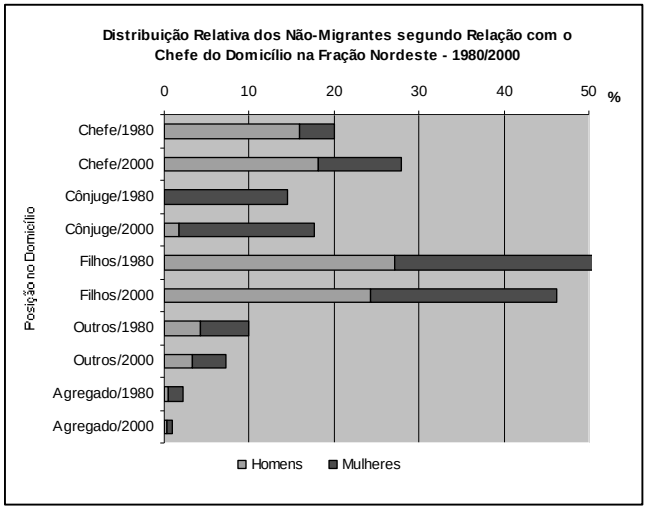


Gráfico 6:



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2000, IBGE.
Elaboração: LIMA, Cássio.

Os dados agregados nos Gráficos 7 e 8, relativos ao Centro Sul, também exibem formatos e conclusões similares aos anteriores. Entretanto, algumas tendências se afiguram mais nítidas nessa região: *i)* a queda da fecundidade se faz notar mais enfaticamente na redução do número de "filhos" nos domicílios de migrantes e não-migrantes entre 1980-2000; *ii)* nunca menos de 30% dos membros dos domicílios cumprem a função de chefe de domicílio no ano 2000, o que traduz uma expansão clara dos domicílios e da população em relação a 1980; *iii)* a proporção de homens chefes parece se estabilizar em cerca de 22%; iv) entre as mulheres, mesmo que semelhantes, a proporção de chefes entre as não-migrantes é mais expressiva.[11]

Esta última evidência deve se associar ao fato de que em contextos intensamente urbanizados e de maiores oportunidades econômicas não só é maior a presença de domicílios com muito poucos moradores e reduzida presença de crianças, mas também se manifesta mais claramente a condição de autonomia e independência financeiramente de muitas mulheres. Tais observações são mais pertinentes às mulheres não-migrantes (ou migrantes antigas), em face de seu maior conhecimento das oportunidades e especificidades dos lugares onde nasceram e se desenvolveram.

[10] Uma notável diferença entre migrantes e não-migrantes situa-se na classe de "agregados", em face de sua maior expressividade entre os imigrantes, onde se destacam as mulheres. Os "agregados" do sexo feminino podem ser idosos ou amigos da família auxiliando nos serviços domésticos até encontrarem ocupação formal

[11] Como a fração Centro Sul internaliza os processos mais importantes que ocorrerem em toda a rede urbana brasileira cabe destacar que, entre os "agregados" nas famílias de imigrantes não há diferenciação quanto ao sexo. Homens e as mulheres apresentaram participações semelhantes. Essa evidência pode indicar a existência de maior diversificação das atividades ocupacionais a absorver pessoas de ambos os sexos, inclusive fora do Serviço Doméstico. Situação passível de ocorrer em contextos de alta densidade e urbanização avançada.

Gráfico 7:

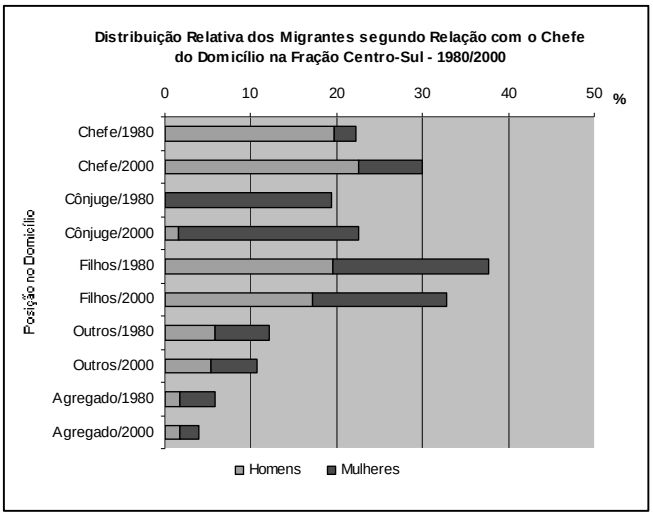
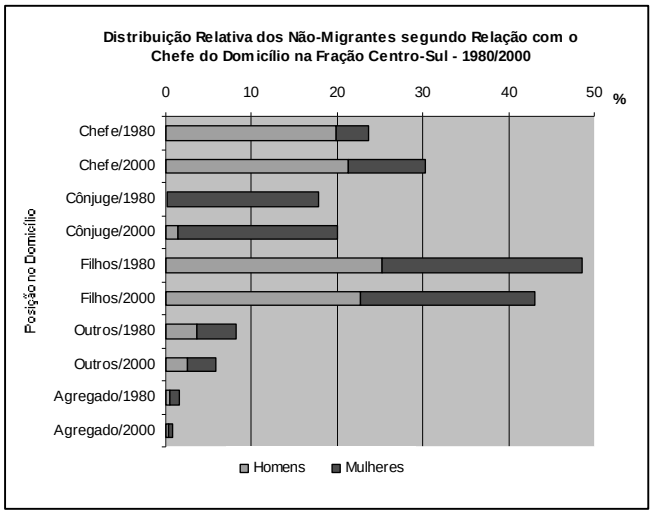


Gráfico 8:



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2000, IBGE.
Elaboração: LIMA, Cássio.

A análise das mudanças nas estruturas familiares acoplada a dinâmica migratória dos últimos decênios não ignora os impactos de outros processos sociais igualmente recentes ocorridos no Brasil. Trabalhos sobre a rede urbana brasileira[12] demonstraram que houve significativas alterações nos padrões de procedência dos imigrantes, a exemplo da primazia dos movimentos urbano-urbano (em oposição aos antigos fluxos de tipo campo-cidade). Essa primazia alterou não só as expectativas existenciais de segmentos da população, mas também ampliou o acesso a serviços predominantemente urbanos, tais como saúde, educação, saneamento, atendimento social, crédito, ao lado da perspectiva de qualificação profissional e inserção ocupacional em atividades econômicas diversas. Os dados indicam que, nas áreas urbanizadas, as mulheres estão, cada vez mais, palmilhando o árduo caminho da formação e qualificação profissional.

4. Fluxos Migratórios de Homens e Mulheres Chefes de Domicílio na Rede Urbana.

A cartografia dos fluxos migratórios é um poderoso instrumento para avaliar o movimento de parcelas da população pelo espaço geográfico. Neste trabalho procurou-se analisar algumas diferenças nos movimentos de homens e mulheres chefes de domicílio pelo interior das cidades da Rede Leste.

Para atingir tais objetivos foram construídos mapas representando fluxos de homens e mulheres chefes de domicílio, que tiveram como bases as matrizes de Origem e Destino de chefes dos 158 pontos da rede em 1980 e 165 em 2000. Alguns critérios foram necessários para uma melhor seletividade dos dados, já que se referem a matrizes muito extensas, inclusive não apresentadas nesse estudo.

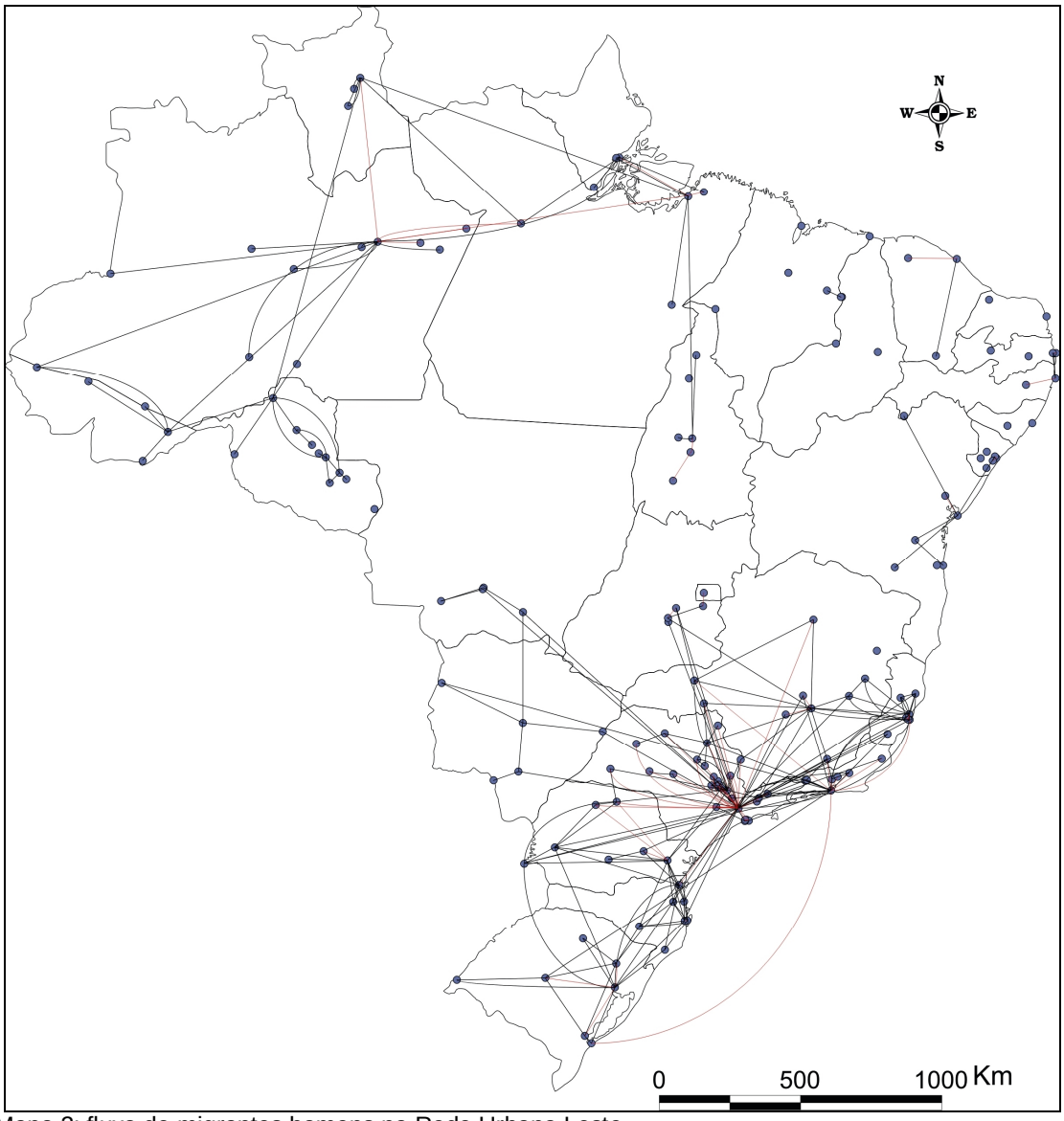
O primeiro critério diz respeito aos municípios que seriam pesquisados com relação aos fluxos migratórios. A seleção se deu a partir dos “saldos migratórios” resultantes da diferença entre imigração e emigração[13]. Somente os pontos que detinham saldo positivo, ou seja, o

[12] Alguns dos artigos desenvolvidos no Laboratório de Estudos Territoriais (IGC/UFMG), como: MATOS e BRAGA (2002) e MATOS (2003).
[13] No Censo de 2000 trata-se da informação de “data fixa” (a que inquiria o imigrante sobre o nome do município em que residia em 31 de julho de 1995). No Censo de 1980 trata-se dos dados que inquiriam o migrante de última etapa sobre o nome

número de imigrantes maior do que os emigrantes foram discriminados para a análise das trajetórias migratórias. Feita essa seleção o próximo critério seria analisar os fluxos intra-regionais, a partir de sua ordem de importância, tendo em vista que cada fração da rede também pode ser vista como uma região.

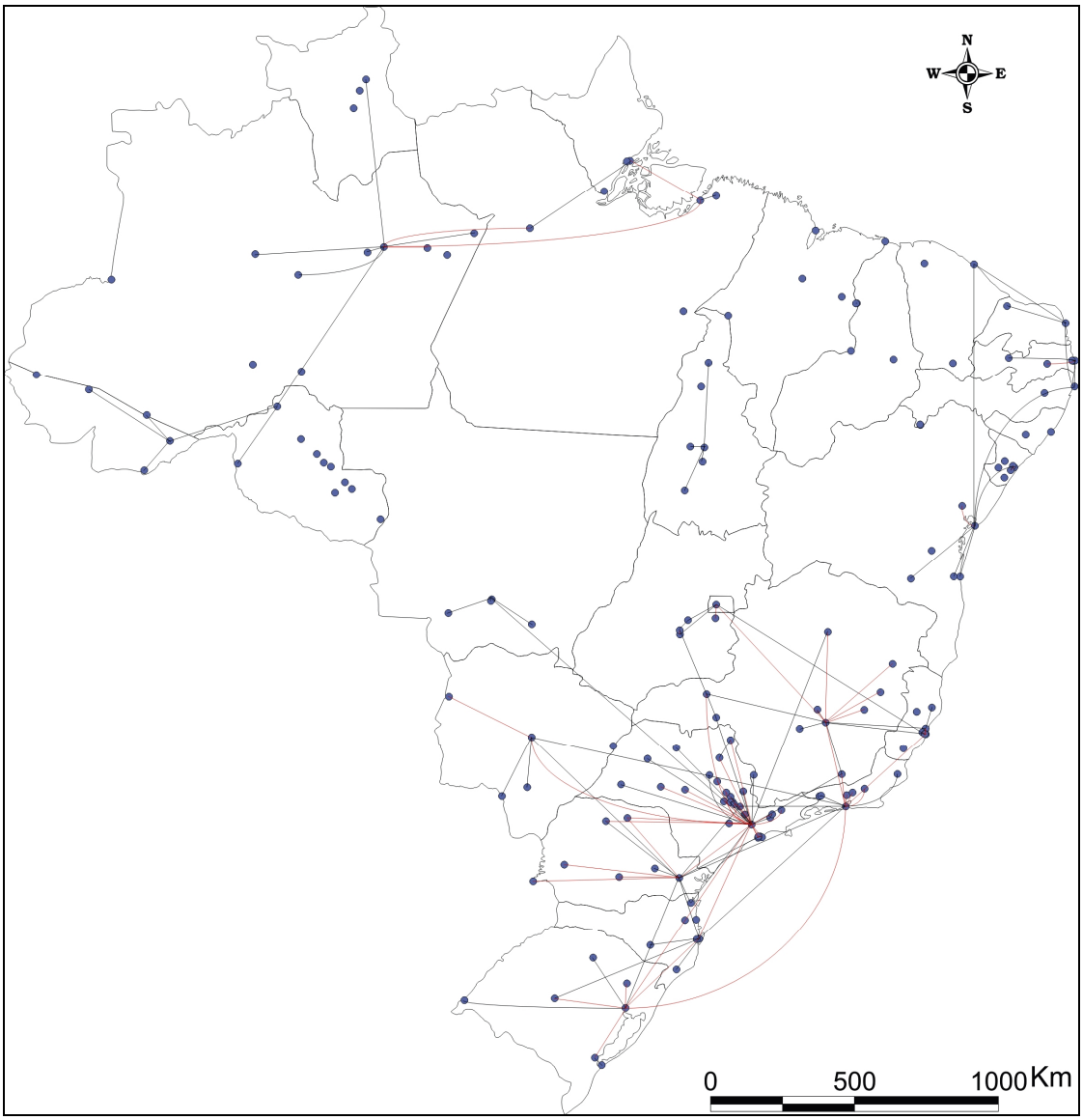
Para os homens chefes de domicílio os pontos analisados seriam aqueles que apresentavam fluxos acima de 100 pessoas. Os fluxos de 100 a 500 pessoas, considerados de segunda ordem, foram representados na Coleção de Mapas 1 por traços de cor preta. Os fluxos acima de 500 pessoas, considerados de primeira ordem, foram representados por traços da cor vermelha. (ver Mapa 2).

No caso das mulheres imigrantes chefes, por constituírem um contingente populacional inferior aos dos homens, a ordem dos fluxos é apresentada da seguinte forma: os contendo de 100 a 300 pessoas, representam os fluxos de segunda ordem e os acima de 300 são os de primeira ordem. (ver Mapas 3) .



Mapa 2: fluxo de migrantes homens na Rede Urbana Leste.
Elaboração: LIMA, Cássio.

do município que em residia há cinco anos ou menos antes de mudar-se para o domicílio onde fora recenseado. A definição de migrante nesse trabalho, aliás, reporta-se exatamente a essas considerações.



Mapa 3: fluxo de migrantes mulheres na Rede Urbana Leste.
Elaboração: LIMA, Cássio.

5. Diferenciais por sexo quanto aos fluxos migratórios intrarregionais.

Em 1980, os dados censitários mostram que dos 158 municípios integrantes da Rede de Localidades Centrais apenas 94 apresentaram saldos migratórios positivos com relação aos homens chefes de domicílios. Quanto às mulheres que ocupavam esta função domiciliar apenas 76 pontos foram selecionados. Dos centros urbanos selecionados (para ambos os sexos) oito das nove regiões metropolitanas (RMs) estavam presentes, ficando de fora apenas a Região Metropolitana de Belém.

Os lugares que apresentavam os maiores ganhos populacionais com relação aos homens chefes de domicílios eram as regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, sendo Recife e Belo Horizonte as áreas com maior representatividade em termos de ganhos populacionais. Já no que diz respeito às mulheres o Censo de 1980 mostrava uma certa inversão das regiões metropolitanas quanto aos saldos mais positivos, ficando Recife em primeiro lugar, acompanhada pelas RMs de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

A observação dos dados do Censo de 2000 traz importantes alterações no sentido predominante dos fluxos entre homens e mulheres no interior da rede urbana, aí sim, sinalizando para diferenciais que vão além de uma mera distribuição por sexo, porquanto indicam mais claramente a problemática de gênero no Brasil recente.

No ano de 2000 as diferenças já começam a aparecer logo na seleção dos municípios. Com relação aos saldos migratórios dos homens chefes de domicílio, dos 165 pontos da rede apenas 103 apresentaram saldos positivos, enquanto do lado das mulheres este número situou-se em 79 localidades.

Entretanto a diferença mais relevante entre os fluxos de homens e mulheres pela rede urbana é que dos 103 pontos, que dizem respeito aos chefes homens, não se encontra nenhuma das nove regiões metropolitanas. Já no que diz respeito às mulheres dos 79 pontos selecionados, quatro das nove regiões metropolitanas estão presentes, são elas: Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Isso significa que, em face dos saldos masculinos negativos nas áreas metropolitanas, muitos homens saíram das RMs no período 1995-2000, provavelmente em busca de oportunidades de emprego fora dos maiores centros urbanos do país, em cidades médias, pequenas ou em áreas rurais. Diferentemente dos homens, grande parte das mulheres migrantes que eram chefes de domicílio em 2000, vieram para as regiões metropolitanas no período, em busca, provavelmente, de condições de vida melhores que as que conheciam em cidades menores ou áreas rurais.

6. Considerações Finais

Esse trabalho buscou iniciar uma reflexão sobre gênero, geografia e migração. Foi necessário situar os protagonistas no espaço, especificamente em um conjunto de pontos que representam cidades da rede urbana brasileira, e conhece-los por meio de grandes números que pudessem indicar macrotendências gerais, o que só é possível de se obter através dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

A escala de tempo adotada permitiu construir uma análise suficientemente abrangente, capaz de absorver mudanças em curso que vêm afetando o padrão de estruturação das famílias brasileiras e de como isso pode ser lido nos subespaços do território brasileiro.

Os resultados obtidos mostraram-se satisfatórios, no sentido de apontar diferenciais por sexo, tanto para a população total, quanto para as populações de migrantes e não-migrantes que ocupam a posição de chefe no domicílio, mesmo que algumas distinções sejam incipientes até o momento.

Contudo, o avanço da urbanização no país deixou evidente que tanto a inserção ocupacional das mulheres nos mercados de trabalho em lugares que a modernidade capitalista requisita, ao lado do incremento de sua posição como chefe de domicílio, e dos deslocamentos migratórios preferenciais rumo a centros metropolitanos, estabelecem um conjunto relevante de evidências que podem requalificar o debate sobre gênero no Brasil atual emprestando-lhe mais complexidade, abrangência e significados territoriais.

Este é um primeiro trabalho sobre o tema. Outros esforços virão se somar a esse primeiro, tentando dar mais consistências às comparações envolvendo gênero, migração e redes sociais, particularizando o mesmo período de 1980/2000. Outras variáveis do Censo Demográfico serão exploradas, a exemplo de escolaridade, estado conjugal, nível de consumo domiciliar, procurando com isso ampliar o conhecimento das famílias chefiadas por mulheres. A geografia certamente pode contribuir para essa pesquisa ao contextualizar melhor as

configurações socioespaciais, as territorialidades emergentes ou em declínio, e, até mesmo esboçar uma regionalização baseada nas relações de gênero, amparada por indicadores sócio-familiares que se reportem, de alguma forma, a dramaticidade dos problemas que vitimam tantas mulheres e, por extensão, atingem as crianças, os idosos e os homens adultos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento. A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade**. 1970

BONDI, L. **Progress in Geography and gender: feminism and difference**. Progress in Human Geography. 1990, n.14.

CHOLLEY . A – **La Geographie Guide de l´ Etudiant.** Presses Universitaires de France, Paris, 1951.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. Trad. do alemão Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1996.

CADERNOS DO LESTE, Belo Horizonte: IGC/LESTE, V.1, n.1, jan. 2003. Semestral.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática. 1994

DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico.** São Paulo: Difel, 4ª edição, 1982.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

GEIGER, Pedro P. **A Evolução da Rede Urbana Brasileira**, Coleção Brasil Urbano n: 1, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1963.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. São Paulo: DIFEL. 1973.

HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. 1988. **Reconceptualizing the Links Between Home and Work in Urban Geography**. Economic Geography Vol. 64 (4) pp. 229-321

GOBER, Patrícia 1994. **Why Abortion Rates Vary: A Geographical Examination of the Supply of and Demand for Abortion Services in the United States in 1988**. Annals of the Association of the American Geographers 84 (2), pp. 230-250.

GRUNTFEST, Eve. 1990. **Geographic Perspectives on Women**. Pp. 673-683.

HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. 1988. **Job Search and the Occupational Segregation of Women**. Annals of the Association of the American Geographers 8 (12), pp. 229-253.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.**Campinas, IE/UNICAMP,1999.

ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico.** Coimbra, Almedina, 1982.

KAYSER, B. **La Région comme object d´étude de la Geógraphie, em La Geógraphie Active.** Presses Universitaires de France. Paris, 1964.

LAVINAS, Lena. "**Gênero, Cidadania e Adolescência"**. In: MADEIRA, Felícia (org). Quem Mandou nascer mulher. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

LIMA, Cássio. LANA, Lidiana. **Estudos Preliminares da Rede Urbana Brasileira; representação e análise**. Relatório Final de Atividades Integradas ao Projeto de Pesquisa: Expansão da Rede Urbana no Brasil, Migrações Internas e Desconcentração Demográfica. FAPEMIG, Belo Horizonte, 2002.

MARTÌNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. E MUÑOZ, M. **Mujeres, Espacio y Sociedad – Hacia una Geografía del Género**.Madrid: Síntesis, 1995.

MARTINE, G. et al. **A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas.** Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.

MATOS, Ralfo e BAENINGER, Rosana. **Migration and urbanization in Brazil: process of spatial concentration and deconcentration and the recent debate**. XXIV GENERAL POPULATION CONFERENCE, Salvador, aug, 2001.

MATOS, Ralfo e FERREIRA, Rodrigo N. **Inserção ocupacional de emigrantes das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro**. (aceito para publicação nos anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais em nov. 2002)

MATOS, Ralfo e BRAGA, Fernando G. **Rede Urbana e redistribuição espacial da população brasileira** (aceito para publicação nos anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais em nov. de 2002)

MATOS, Ralfo. BRAGA, Fernando G. LIMA, Cássio. **Dispersão Demográfica nas Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. (aceito para publicação no III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campinas, 2003)

MESQUITA, Zilá **Cotidiano ou Quotidiano?**. In: Territórios do Cotidiano – Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Da Universidade/UFRGS e Ed. Da Universidade de Santa Cruz/UNISC, 1995.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informal**. 3ª edição, editora Hucitec. São Paulo, 1997.

----------. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec. 1981. 203 pg.

----------. **A natureza do Espaço** – Técnica e Tempo/Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCOTT, Joan. **Gênero – uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade.** Porto Alegre: jul/dez 1990, vol. 18 n. 2.

SORRE, Max. **Migrations et mobilité de l'oekoumène**. In: - Les migrations des peuples. Paris, Flammarion, 1952.